

# FEIRANTES

**Por todo o País, a atividade de feirante sempre desempenhou um relevante papel no comércio a retalho (não sedentário), com inegável importância nas cadeias de abastecimento às populações, no interior e não só.**

Isso mesmo foi reconhecido com a consagração do **Dia Nacional do Feirante por proposta do PCP**. São seguramente mais de 25 mil homens e mulheres que, através de uma dura vida de trabalho, dinamizam economias locais, diversificam a oferta de bens de consumo a baixo custo, sendo ainda em muitas vilas e cidades do País ainda um importante elemento de afirmação de identidade regional.

Face aos impactos do surto epidémico da COVID-19, coloca-se a necessidade de assegurar o funcionamento das atividades económicas fundamentais para a necessária resposta às necessidades de bens e serviços das populações, garantindo a adequada proteção sanitária aos trabalhadores e populações.






## É preciso garantir a urgente implementação

O PCP alertou oportunamente para os graves problemas que a economia nacional enfrenta e para os problemas dos feirantes em particular, sem prejuízo das medidas estruturais a que só uma política patriótica e de esquerda poderá responder.

O PCP não só perguntou ao Governou sobre a situação dos Feirantes, como apresentou um Projecto de Lei específico para os Feirantes que foi aprovado no passado dia 5 de Junho e que visa:

Proceder, com as devidas condições sanitárias e apoios aos feirantes, à **reabertura generalizada dos mercados e feiras** em articulação com as autarquias.

Criação de uma **linha de apoio à beneficiação de recintos de feiras e mercados**, privilegiando a salvaguarda das adequadas condições de higiene, saúde e segurança, a que se podem candidatar os municípios e outras entidades gestoras de recintos.

**Apoio fiscal nos combustíveis** para a utilização de gasóleo colorido e marcado com acesso à taxa reduzida de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP);

**Suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME** decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC.